



ABASTECER A CIDADE NA EUROPA MEDIEVAL

*Provisioning Medieval
European Towns*

Amélia Aguiar Andrade
Gonçalo Melo da Silva (eds.)



ABASTECER A CIDADE
NA EUROPA MEDIEVAL

*Provisioning Medieval
European Towns*

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS 22

ABASTECER A CIDADE
NA EUROPA MEDIEVAL

*Provisioning Medieval
European Towns*

AMÉLIA AGUIAR ANDRADE
GONÇALO MELO DA SILVA
editores

Textos selecionados das IV Jornadas Internacionais de Idade Média “Abastecer a Cidade na Europa Medieval” (Castelo de Vide, de 10 a 12 de Outubro de 2019) e da Escola de Outono (Castelo de Vide, 8 e 9 de Outubro de 2019).

Arbitragem Científica:

Adelaide Millán da Costa (Universidade Aberta)
Antonio Collantes de Terán (Universidade de Sevilha)
Beatriz Arizaga Bolumburu (Universidade de Cantábria-Santander)
Catarina Tente (Universidade Nova de Lisboa)
Denis Menjot (Universidade Lyon 2)
Dolores Villalba Sola (Universidade de Granada)
Emilio Martín Gutiérrez (Universidade de Cádiz)
Eduardo Aznar (Universidade de La Laguna)
Hermenegildo Fernandes (Universidade de Lisboa)
Hermínia Vilar (Universidade de Évora)
Isabel del Val Valdivieso (Universidade de Valladolid)
João Luís Fontes (Universidade Nova de Lisboa)
Jonathan Wilson (Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH)
Luísa Trindade (Universidade de Coimbra)
Manuel Fialho Silva (Centro de História da Universidade de Lisboa)
Manuela Santos Silva (Universidade de Lisboa)
María Asenjo González (Universidade Complutense de Madrid)
Maria Filomena Barros (Universidade de Évora)
Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)
Mário Farelo (Universidade Nova de Lisboa)
Mário Jorge Barroca (Universidade do Porto)
Michel Bochaca (Universidade de La Rochelle)
Pere Verdes Pijuan (Institución Millá y Fontanals (CSIC))
Santiago Macías (Universidade Nova de Lisboa)
Sara Prata (Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH)
Sauro Gelichi (Universidade Ca’Foscari Veneza)
Wim Blockmans (Universidade de Leiden)

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2020.

Publicação financiada pela Câmara Municipal de Castelo de Vide.

Título	Abastecer a Cidade na Europa Medieval Provisioning Medieval European Towns
Editores	Amélia Aguiar Andrade, Gonçalo Melo da Silva
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Imagem de capa	Muralha da vila de Castelo de Vide, fotografia de Eduardo Alves ©
Coleção	Estudos 22
ISBN	978-989-54529-2-7 (IEM) 978-972-9040-17-7 (C. M. de Castelo de Vide)
Paginação e execução	Marcel L. Paiva do Monte, com base no design de Ana Pacheco
Revisão	Mariana Alves Pereira
Depósito legal	474746/2020
Impressão	Tipografia Priscos, Lda.

Índice

Apresentação	11
<i>António Pita</i>	

Abastecer a cidade na Europa medieval: algumas reflexões em torno de um colóquio, de um livro e de um tema	13
<i>Amélia Aguiar Andrade, Gonçalo Melo da Silva</i>	

PARTE I

A Intervenção dos Poderes

The Intervention of Powers

Strange Cities on the Waters: North Adriatic settlements between 7th-9th centuries AD	23
<i>Sauro Gelichi</i>	

Some problems about urban transitions in 12th and 13th Iberia	37
<i>Hermenegildo Fernandes</i>	

Ciudades y procesos de “agrarización” en Andalucía Occidental durante el siglo XV	63
<i>Emilio Martín Gutiérrez</i>	

Lisboa e o abastecimento de vinho para Ceuta na primeira metade do século XV	91
<i>José Miguel Zenhas Mesquita</i>	

Do cultivo ao consumo: o abastecimento de cereal na Gafaria de Coimbra nos séculos XIV e XV	111
<i>Ana Rita Rocha</i>	

O abastecimento alimentar da cidade em finais do século XIV: o contributo do Livro das Posturas Antigas de Évora	129
<i>Rodolfo Petronilho Feio</i>	

PARTE II

Gerir Crises e Conflitos no Abastecimento

Managing Crises and Conflicts in Supply

Defender la ciudad medieval contra el hambre: abastecimiento y políticas anonárias	151
<i>Denis Menjot</i>	

Uma pequena cidade medieval e o seu pão na Baixa Idade Média: o caso de Loulé.....	179
<i>Iria Gonçalves</i>	
El abastecimiento cerealista de Manresa durante la hambruna de 1333-1334	215
<i>Adrià Mas i Craviotto</i>	
A luta pelo controlo do abastecimento e repartição da carne e do peixe na cidade de Braga nos séculos XIV e XV	237
<i>Raquel Oliveira Martins</i>	
Del mar Cantábrico a la meseta castellana. Las dificultades de los mercaderes de las Cuatro Villas de la Costa en la distribución del pescado en el norte de Castilla a finales de la Edad Media	253
<i>Javier Añibarro Rodríguez</i>	
Problemas en el abastecimiento del pescado en la meseta meridional castellana a finales de la Edad Media.....	271
<i>Julián Sánchez Quiñones</i>	

PARTE III

Ao Gosto da Cidade: Matérias-Primas e Produtos

To the Taste of the City: Raw Materials and Products

Provision in Medieval Rome: data on the building activities	295
<i>Nicoletta Giannini</i>	
Matérias-primas para o Paço da Alcáçova: a intervenção régia num Paço lisboeta (1507-1513)	309
<i>Diana Martins</i>	
Provisioning the building sites of the mendicant convents in Auvergne (Realm of France) in the Middle Ages (early 13th-early 16th centuries)	329
<i>Claire Bourguignon</i>	
Abastecer um estaleiro construtivo: O exemplo do Colégio da Graça (1543–1548)	347
<i>João Paulo Graça Pontes</i>	
A louça quotidiana e identidade social em Santarém na Idade Média (séculos XI-XIV)	365
<i>Tânia Manuel Casimiro; Carlos Boavida; Telmo Silva</i>	

PARTE IV

Espaços, Equipamentos e Rostos do Abastecimento

Spaces, Infrastructure, and Faces of Supply

Espaços e arquiteturas de abastecimento da cidade medieval..... 383

Maria do Carmo Ribeiro

Las alhóndigas. Análisis de una nueva arquitectura civil. Importancia de su implantación en las ciudades de Castilla y León en el siglo XVI 403

José Miguel Remolina Seivane

Moleiros, moinhos e azenhas no Porto nos séculos XIV e XV: um setor-chave do abastecimento cerealífero urbano 423

Arnaldo Melo

O armazenamento e a gestão dos recursos nas cidades do Gharb al-Andalus: o exemplo de Alcácer do Sal 449

Marta Leitão

As estruturas de produção e armazenamento da vila medieval de Sesimbra 467

Rui Filipe Gil; Rafael Santiago

Os mercadores e os mesteres na paisagem urbana do século XV: o contributo da documentação notarial vimaranense 483

André Moutinho Rodrigues

“quallquer [...] rregateira que conprar quaaesquer mantjmentos em quaisquer lugares”: o papel das regateiras no abastecimento alimentar urbano..... 497

Mariana Alves Pereira

PARTE V

Tempos de comércio: mercados e feiras, fiscalidade e moeda

Times of Trade: Markets, Fairs, Taxation, and Money

Na Lisboa de D. João I (1385-1433): fiscalidade régia e abastecimento 511

Catarina Rosa

El diezmo de los trigos del cabildo catedralicio del Reino de Mallorca: estructura y recaudación (1400-1420)..... 527

María del Camí Dols Martorell

The Crown, Towns and Currency: The Constitutional Restraint of Coinage in León and Castile, 1157-1230	551
<i>James Todesca</i>	
Entre o abastecimento da vila e o comércio regional: feiras mensais e quinzenais na Idade Média Portuguesa	573
<i>Paulo Morgado e Cunha</i>	
Vegetais nos mercados do Ġarb al-Andalus. Entre os tratados agronómicos e a arqueo-botânica (séculos X-XIII).....	589
<i>António Rei</i>	
La saca de pan y el almirantazgo castellano: jurisdicciones, conflictos institucionales y tensiones sociales.....	607
<i>Lorenzo Lage Estrugo</i>	

Apresentação

“A Arte é tudo – tudo o resto é nada.
Só um livro é capaz de fazer a eternidade de um povo.”

Eça de Queirós in “A Correspondência de Fradique Mendes.”

Com esta quarta publicação dos artigos produzidos no âmbito das Jornadas Internacionais de Idade Média, as quais, desde 2016, ininterruptamente, se têm vindo a realizar nesta Notável Vila, reforça-se a firmeza do compromisso assumido entre a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Na realidade, as vivências e a oralidade intrínsecas à realidade presencial própria dos dias em que se desenrolam as Jornadas, caracterizam-se por terem um sabor insubstituível, tão específico do inigualável prazer que brota do diálogo nas relações entre seres humanos. E, por assim ser, contamos mentalmente os meses que faltam para mais um reencontro anual neste espaço-projeto, onde, entre a riqueza das apresentações pluridisciplinares e os profícuos debates em diferentes línguas, há sempre um intervalo para desfrutar do tempo – deste tempo denso e sedimentado que só as terras fundadas na Idade Média possuem. É, pois, nesta atmosfera plácida e tranquila, entre prenúncios de outono, que esta Notável Vila (onde nasceu Garcia de Orta, Mouzinho da Silveira, Laranjo Coelho e Salgueiro Maia), sente o orgulho de ser palco desta feliz cooperação entre Academia, Universidade e Poder Local, cujos resultados, ano após ano, subsidiam indelevelmente o conhecimento histórico.

De facto, por um lado, é neste ambiente telúrico e de entusiasmo que decorrem as Jornadas da Idade Média, sentindo-se a riqueza intrínseca na descontraída interação entre investigadores, alunos e colaboradores – e ainda com o próprio lugar! Um espaço de experiências, de reflexões, de diferentes abordagens, de distintas perspetivas, que em sala, nos corredores ou no jardim, resulta em enriquecimento dos participantes e alimenta a harmonia entre medievalistas. Contudo, será sempre através da forma de LIVRO que o conhecimento transcrito ganha garantias da sua perenidade, na medida em que essa materialidade substantiva ultrapassa as coordenadas do Tempo

e dos Lugares, cumprindo assim (ainda) a sua primordial missão de transmissão do saber entre as sociedades. Por cada ano que passa, e verificando-se a continuidade deste projeto, cresce o orgulho de Castelo de Vide, na medida em que, embora participando de forma muito modesta mas muito empenhada, cumpre e faz jus ao compromisso formal e público assumido desde a primeira hora: “proporcionar as condições necessárias para que Castelo de Vide, durante longos e frutuoso anos, se afirme como um fórum de discussão entre investigadores que tragam luz sobre os infundados mistérios que envolvem a cidade medieval europeia!” Porém, há no tempo presente uma ameaça latente que rasga o planeamento e torna a decisão sobre a realização da iniciativa depender da realidade circunstanciada quase ao dia. De facto, no momento em que estas linhas são escritas importa sublinhar o período verdadeiramente excecional em que vários países do mundo, e particularmente Portugal, estão assolados pela pandemia COVID-19, cuja evolução e desfecho a ciência ainda não domina.

Porém, não obstante este contexto de risco – e naturalmente porque Castelo de Vide iça a sua bandeira de lugar “Clean and Safe”, sendo, portanto, e por ora, um território sanitariamente seguro –, reiterámos ao Instituto de Estudos Medievais a nossa determinação em prosseguir com as Jornadas no presente ano de 2020, ou seja, daqui a poucas semanas. E a resposta intrépida foi: “– Vamos a isso! Seguindo obviamente os protocolos de segurança!” E, é precisamente neste acreditar de que podemos ser proprietários do nosso destino que sentimos a profunda convicção de 2021 trazer mais um livro a esta fantástica coleção. Queremos muito acreditar que todo o esforço já produzido até à data será justamente compensado pela força providencial de repetirmos esta tarefa concretizando as Jornadas dedicadas à Governança da Cidade Medieval, servindo assim a investigação histórica e ganhando conhecimento à Idade Média. Por último, importará sempre – e uma vez mais! –, como ato da mais elementar justiça, agradecer genuinamente à Direção do Instituto de Estudos Medievais. A ilustre plêiade das Professoras/Investigadoras/Diretoras que têm sido verdadeiras construtoras desta arquitetura de conhecimento em torno da cidade medieval, graças ao empenhamento e dedicado trabalho produzido na organização e coordenação desta iniciativa, semearam frutos que, ano após ano, evidenciam um inestimável sucesso consubstanciado com esta notável obra fundada já em 4 livros. E Castelo de Vide agradece reconhecidamente o privilégio por associar o seu nome a este singular projeto de investigação que assim vai fazendo a sua própria história!

António Pita

Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide

Abastecer a Cidade na Europa Medieval: algumas reflexões em torno de um colóquio, de um livro e de um tema

*Amélia Aguiar Andrade¹
Gonçalo Melo da Silva²*

Em Outubro de 2019 decorreram em Castelo de Vide a 3ª *Escola de Outono em Estudos Medievais* e as 4ªs *Jornadas Internacionais de Idade Média*, estas últimas em torno do tema *Abastecer a cidade na Europa medieval*. Um ano depois, graças ao apoio da Câmara Municipal de Castelo de Vide disponibiliza-se ao público uma recolha de textos seleccionados de entre os apresentados nesses dois eventos, depois de terem sido alvo de uma dupla avaliação por pares. Apesar das dificuldades colocadas pelo actual contexto pandémico ao desenvolvimento de trabalhos de investigação, é possível publicar um conjunto de trinta textos elaborados por trinta e três investigadores provenientes de Portugal, Espanha, Itália, França e Estados Unidos da América. Esta obra, revelando e ampliando o que foram as lições da *Escola de Outono* e as conferências plenárias e comunicações das *Jornadas*, vem dar continuidade ao desiderato que desde sempre se quis associar à organização destes dois eventos: ultrapassar o âmbito mais restrito dos que neles participaram para chegar a públicos mais vastos, através da divulgação, em formato papel e digital, de conhecimento novo e de qualidade sobre a cidade medieval.

Contudo, este livro não recolhe os posters apresentados pelos alunos da *Escola de Outono*, reveladores de trabalhos em curso destinados à obtenção do grau de mestre ou de doutor, que suscitaram não só animadas discussões como novas interpelações que constituíram importantes contributos para a melhoria das problemáticas e das metodologias de trabalho a empreender pelos estudantes. A sua

¹IEM - NOVA FCSH.

²IEM - NOVA FCSH.

diversidade temática foi reveladora de que, apesar dos constrangimentos no apoio à investigação, continua a haver jovens disponíveis para desbravarem novos caminhos para um melhor conhecimento da Idade Média. A adesão de um número cada vez mais elevado de estudantes e a participação, para além dos professores convidados, de outros professores e/ou investigadores interessados em participar nas discussões, comprovam a importância deste tipo de actividade para a formação de jovens investigadores e de como a *Escola de Outono de Castelo de Vide* se tem vindo a impor, paulatinamente, na agenda de trabalho de mestrandos e doutorandos nacionais e estrangeiros.

Condicionalismos de vária ordem impedem também, a transcrição nesta obra, dos debates que tiveram lugar no final das distintas sessões das *Jornadas*, a partir dos quais se alargaram perspectivas, se sugeriram outras interpretações dos dados, se contextualizaram de forma mais ampla resultados. Contributos que muitos autores inseriram nas versões escritas das suas apresentações agora publicadas, o que é revelador da importância que o debate científico sempre tem para a melhoria da qualidade dos estudos históricos. A diversidade da proveniência, formação e interesses historiográficos dos participantes bem como a saudável mistura entre investigadores experientes e jovens em início de carreira que caracteriza as *Jornadas*, tem sido particularmente estimulante para uma frutuosa troca de ideias, que não se esgota nas sessões e, se prolonga nos momentos de convívio, abrindo caminho ao estabelecimento de futuras redes de trabalho colaborativo.

Os textos agora apresentados comprovam a pertinência da escolha do tema do abastecimento da cidade medieval para as *Jornadas*, não só porque este surge como um elemento incontornável na subsistência das comunidades urbanas medievais como também se revela com um objecto historiográfico de enorme potencialidade, uma vez que pode interligar-se com problemáticas bem presentes na sociedade actual, como o equilíbrio dos ecossistemas, a exploração regrada dos recursos naturais, a protecção do ambiente, entre outras. Apresenta ainda uma especial disponibilidade para o desenvolvimento de estudos de carácter interdisciplinar em que a História e a Arqueologia medievais podem beneficiar muito do diálogo com outros ramos do saber que estão para além das Ciências Sociais e Humanas como é o caso, por exemplo, da Geologia, da Biologia ou, da Agronomia.

Contudo, quando um encontro científico resulta, como acontece com as *Jornadas Internacionais de Idade Média de Castelo de Vide*, de um apelo a comunicações amplamente divulgado, tende sempre a ocorrer um certo distanciamento entre o que desejam os organizadores – plasmado no texto de apresentação e nas sugestões temáticas – e a resposta da comunidade científica, expressa nas propostas de comunicação. Os organizadores pretendem que o programa seja temático, espacial e cronologicamente o mais completo e abrangente possível, enquanto os investigadores

traduzem, nas suas propostas, as dinâmicas actuais da investigação desenvolvida nos contextos historiográficos em que se inserem. As palestras dos oradores convidados pretendem por isso ser, nesse contexto, as âncoras que possibilitam que a temática central encontre um levantamento de problemáticas inovadoras e/ou a proposta de metodologias capazes de lhe responderem com a maior eficácia. Circunstâncias que se reflectem no conteúdo desta publicação, em que se mesclam as propostas de escopo mais profundo e reflexivo com os estudos de caso, mais circunscritos temática e espacialmente. Em todos, o leitor pode ainda encontrar remissões para uma vasta bibliografia complementar ou, a referência a colecções documentais que poderá consultar. A riqueza desta obra, que nos apraz salientar, assenta na complementaridade entre as perspectivas apresentadas, a diversidade de espaços de observação considerados e a amplitude das problemáticas equacionadas.

De entre os textos apresentados pelos oradores convidados cumpre destacar os que equacionaram as questões de abastecimento urbano de uma forma mais profunda lançando perspectivas e metodologias de trabalho muito estimulantes e os que, não tendo o abastecimento como cerne das suas apresentações, todavia traçaram quadros de reflexão problematizantes sobre espaços, cronologias e protagonistas do processo urbano em espaços e cronologias menos glosados. No primeiro caso contam-se os artigos de Emilio Martín Gutiérrez e de Denis Menjot. No seu texto *Ciudades y proceso de “agrarización” en Andalucía Occidental durante el siglo XV*, o primeiro dos autores referidos parte de uma escala regional e do estabelecimento de uma cartografia exemplar para realçar a interacção entre a cidade e o campo na construção das paisagens sociais medievais. Valorizando a interdisciplinaridade reflecte sobre a importância da análise dos ecossistemas em que se inserem os núcleos urbanos pois estes constituem a base da exploração dos recursos naturais, fundamentais no abastecimento urbano e na sua inserção em circuitos de consumo mais vastos. O texto de Denis Menjot – *Defender la ciudad contra el hambre: las políticas anonarias de los gobiernos urbanos en la Europa bajomedieval* – assume-se como uma síntese reflexiva que tem como espaço de observação a Europa medieval e que glosa as principais problemáticas sobre as questões relacionadas com o abastecimento de cereal e com a capacidade de resposta das cidades ao problema das carestias de cereal, na perspectiva dos poderes em presença. Um texto que se completa com o excelente estudo de uma pequena cidade no contexto português que Iria Gonçalves, oradora convidada desenvolve em *Uma pequena cidade e o seu pão na Baixa idade Média: o caso de Loulé*.

Sauro Gelichi por seu turno, em *Strange Cities on the waters: north Adriatic settlements between 7th-9th centuries AD*, tendo como espaço de observação a região lagunar de instalação das cidades de Veneza e Commachio, estabelece um reflexo sobre um adequado entrosar de fontes escritas e arqueológicas e do seu

questionamento para a recuperação de cronologias mais recuadas e para equacionar a problemática da instalação de comunidades urbanas em espaços marginais. No seu texto de Hermenegildo Fernandes – *Alguns problemas em torno de uma transição urbana no Sudoeste da Península Ibérica (séculos XI-XII)* – reencontramos a afirmação das potencialidades da utilização simultânea e completar de fontes narrativas e resultados da investigação arqueológica, no esclarecimento dos processos de transformação sociais e espaciais urbanos. Aplicada ao estudo das transformações sofridas pelas cidades do al-Andalus no contexto das ocupações de Almorávidas e Almóadas permite apontar ainda permanências que se prolongam no pós-conquista cristã e consequentemente, um melhor entendimento das transformações que a ocupação cristã vai gerar.

A maioria dos textos agora disponibilizados têm como cronologia dominante os séculos XIV e XV, tanto mais esperável quanto predominam os estudos que têm a Península Ibérica como quadro espacial de observação e dentro desta, sobretudo os reinos medievais cristãos. A conjuntura peninsular de guerra com o Islão, que se prolongou de forma mais evidente até à 2ª metade do século XIII, gerou uma afirmação tardia da cidade ibérica em relação a outras regiões europeias e consequentemente, a sua presença nas fontes disponíveis. Este predomínio espacial peninsular tem o seu contraponto nas aproximações a espaços de além Pirinéus que tanto privilegiam a escala regional – o Auvergne considerado na cronologia longa que se estende entre os séculos XIII e XVI e em função de um elemento específico como era a presença mendicante – como uma cidade de referência de tradição romana e feição mediterrânica como foi a Roma medieval e o seu abastecimento de matérias primas, aqui também analisados, numa ampla diacronia.

Desde sempre que as comunicações resultantes das distintas edições das *Jornadas* têm vindo a revelar que a Europa urbana medieval tende a organizar-se em função da dicotomia grande cidade/média e pequena cidade, com claro predomínio deste último modelo, por isso cada vez mais presente na agenda de investigação sobre a cidade medieval. É pois maioritariamente em função de pequenas e de médias cidades que os problemas de abastecimento se encontram apresentados, quer estas se apresentem articuladas em redes de contactos ou de espaços regionais quer consideradas *per si*.

A elaboração dos estudos inseridos nesta obra recorreu a uma enorme diversidade de fontes: materiais, documentais, normativas, iconográficas, numismáticas, arqueológicas às quais há que acrescentar todos os materiais – especialmente os de natureza cartográfica – produzidos pelos autores dos textos e resultantes do tratamento de informação inédita, alguns constituindo propostas interpretativas inovadoras. Destacam-se as que traduzem as preocupações das comunidades e dos poderes seus enquadradores com as questões de abastecimento, especialmente em momentos de

crise ou, as que decorrem da organização dos sistemas produtivos, de circulação de produtos ou, da fiscalidade que lhe estava associada. Metodologicamente é de salientar, como cada vez mais, os estudiosos da cidade medieval tendem a utilizar, de forma crítica, informação muito diversa, contornando, ainda que nem sempre com facilidade, barreiras disciplinares ou cronológicas.

A multiplicidade de fontes utilizada explica, em parte a diversidade de perspectivas desenvolvidas quer estas sejam protagonizadas pela fiscalidade, pela normativa ou pela expressão material de marcas sobre as paisagens urbanas e peri-urbanas e a sua articulação com a afirmação dos diferentes poderes em presença. Não admira por isso, que as problemáticas decorrentes surjam também variadas podendo salientar-se as mais frequentemente glosadas, como é o caso das resultantes das preocupações com o abastecimento alimentar urbano, geradas pelas recorrentes situações de carestia e pelos fenómenos que lhe estavam associados como as fomes, a alta de preços e, a especulação. Associáveis aos problemas de abastecimento de aglomerados humanos concentrados e com de alguma dimensão, são sem dúvida, as questões decorrentes das difíceis dinâmicas de articulação entre os diferentes poderes em presença, sobretudo quando em momentos de crise, se torna evidente a necessidade de garantir a paz social e a simultânea afirmação da sua eficácia como garantes do bem comum.

Outras problemáticas subjacentes às investigações reveladas nesta publicação centram-se na posse e usufruto de recursos naturais e agrícolas sendo que estes têm inerentes processos de enriquecimento que podem estar em directa correlação com a posse da terra, dos meios de produção e do transporte desses mesmos recursos e produtos. O crescimento urbano e a maior complexidade das sociedades urbanas e a sua consequente hierarquização fomentavam situações de conflitividade entre os possidentes mas, não menos importante situações de pluriactividade quer entre as oligarquias urbanas como nos sectores artesanais, acrescentando complexidade à análise dos grupos sociais intervenientes no processo de abastecimento urbano.

Fica também evidente que o abastecimento da cidade medieval e as suas problemáticas específicas se entrosam com outras que, não as integrando directamente lhe são paralelas e por vezes até sistémicas, como as que se associam com os níveis de produção agrícola, com o trabalho, sobretudo o de natureza artesanal, com as dinâmicas da actividade mercantil, ou ainda, com ao enquadramento fiscal das actividades económicas em contexto urbano.

Torna-se claro ainda, que tal como muitos autores têm chamado a atenção, é indispensável, para estudar o abastecimento urbano medieval, equacionar a cidade como um simultâneo centro consumidor, produtor, transformador e distribuidor, mas levando sempre em conta as diferentes escalas urbanas e o estabelecimento da relação entre o consumo e a organização e hierarquização social que caracteriza

cada vila ou cidade. Mas também emerge destas distintas abordagens a necessidade de não equacionar a cidade medieval como um espaço fechado, antes o integrando em redes de abastecimento e circuitos comerciais, quer por via terrestre quer por via fluvial e/ou marítima com escalas que encontram denominadores diversos tais como a relação cidade-campo, os contactos inter-regionais e os de escala internacional.

Tendo em vista o que já se conhece sobre a natureza das fontes disponíveis para o estudo da cidade medieval europeia teria sido esperável que outras temáticas tivessem estado presentes nestas *Jornadas*, que tinham como objectivo estudar e reflectir sobre o abastecimento urbano. Sem preocupações de exaustividade podem referir-se alguns, bastante sugestivos. Seria o caso do estudo dos circuitos de produção e distribuição de produtos de luxo como os livros ou os tecidos de elevado preço. Ou, os problemas levantados pelo abastecimento de minorias confinadas como judeus e mouros nos contextos urbanos e seus conflitos com as maiorias cristãs em momentos de crise ou em relação a práticas alimentares específicas. A disponibilidade de fontes normativas, por seu lado, permite o esclarecimento do papel arbitral e regularizador dos poderes em presença nas vilas e cidades sobre as actividades associadas ao seu abastecimento. A arqueologia do edificado, se bem que constituindo uma orientação recente, permite recuperar a presença dos equipamentos urbanos associados à produção, transformação e venda de produtos – moinhos, mercados, carniçarias, entre outros – permitindo aclarar os lugares de abastecimento quer no entre muralhas quer no espaço urbano. E é surpreendente a presença discreta de uma parte substancial dos protagonistas do processo de abastecimento urbano: os mercadores, os mesteiros, os vendedores e vendedoras de retalho, os oficiais da máquina administrativa e fiscal de enquadramento.

A análise do abastecimento das cidades e vilas medievais necessita da arqueologia para ajudar a melhor interpretar dados documentais existentes ou, a minimizar omissões de informação documental. E no desenho dos seus quadros espaciais de observação necessita de recorrer, cada vez mais, à interdisciplinaridade de modo a recuperar com fiabilidade os ecossistemas e as intervenções antrópicas em que se desenvolveram as cidades medievais e as suas envolventes. Mas, mais precisa de equacionar esta problemática através de investigações tendencialmente sistémicas, que saiam da análise de um cidade, de uma região ou de um reino específicos em favor de perspectivas mais globais, que possam captar circuitos interligados de abastecimento.

* *
*

Os editores querem ainda deixar público o seu agradecimento a todas as instituições e pessoas que contribuíram para tornar este conjunto de iniciativas –

Jornadas Internacionais de Idade Média, Escola de Outono e publicação desta obra – um êxito, garantindo ainda, a sua continuidade no tempo. À Câmara Municipal de Castelo de Vide na pessoa de António Pita, seu Presidente temos a agradecer a aceitação incondicional das nossas propostas e o modo como criou as condições humanas e materiais necessárias para a sua concretização. Através da Dr^a Patrícia Martins queremos agradecer aos funcionários e funcionárias da Câmara Municipal de Castelo de Vide, muitos dos quais não se deixam ver durante a *Semana Medieval* mas que, nos bastidores, asseguram que os eventos decorram sem falhas e com o maior profissionalismo. Ao Instituto de Estudos Medievais, na pessoa da sua Diretora, Prof^a Maria João Branvco, devemos não só o acolhimento destas iniciativas desde o primeiro momento mas também o apoio às tarefas de organização e o financiamento da participação dos oradores convidados e de estudantes da *Escola de Outono*. O Marcel L. Paiva do Monte tornou possível com o seu saber, rigor e bom gosto toda a linha gráfica de divulgação da *Semana Medieval* bem como a concepção e paginação deste livro. A Mariana Pereira, recém-chegada à equipa de organização, agradecemos a sua capacidade de aceitar as tarefas correntes e as inesperadas com a mesma eficácia.

A quantos participaram na Escola de Outono e nas Jornadas – conferencistas convidados, comunicantes, estudantes e assistentes – bem como aos revisores científicos desta obra queremos deixar o nosso obrigado uma vez que a sua participação empenhada transformou a *Escola de Outono* e as *Jornadas Internacionais de Idade Média* em consolidados pontos de encontro e discussão entre todos os que se interessam pelo estudo da cidade medieval. E por fim, o nosso obrigada aos habitantes de Castelo de Vide, pois também é deles o sucesso desta *Semana Medieval*.

PARTE IV

Espaços, Equipamentos e Rostos do Abastecimento

*Spaces, Infrastructure,
and Faces of Supply*

Espaços e arquiteturas de abastecimento na cidade medieval¹

Maria do Carmo Ribeiro²

Resumo

O objetivo deste trabalho, centrado no estudo do provimento das cidades medievais, é analisar os espaços e as arquiteturas necessários ao abastecimento de diferentes bens e produtos. Para além das distintas atividades de produção que se desenrolam no seio da cidade, os aglomerados urbanos são igualmente centros de consumo e distribuição que necessitam de infraestruturas de suporte, como aquelas que se relacionam com o aprovisionamento de bens essenciais como a água – poços, cisternas, aquedutos, fontes e chafarizes –, assim como daquelas que permitem a sua distribuição/comercialização – açougues, fangas, adegas, fornos – algumas das quais acumulam a dupla função de produção e comercialização, como as oficinas para os mais variados mesteres (sapateiros, ferreiros, ourives, oleiros). A toponímia permite verificar que, com frequência, se evidência uma certa concentração destas atividades sob a forma de arruamento, possibilitando igualmente analisar os locais no espaço urbano que ocupavam. Em alguns casos, denotam-se similitudes espaciais e arquitetónicas entre os diferentes núcleos medievais portugueses. Deste modo, através de uma metodologia que cruza diferentes fontes (escritas, materiais e iconográficas) pretende-se analisar e comparar os diferentes espaços e arquiteturas de abastecimento de algumas cidades medievais portuguesas, em termos funcionais e tipológicos, mas também em termos de localização no espaço urbano.

Palavras-chave

Cidade medieval; Abastecimento; Espaços e arquiteturas.

¹ Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto MedCrafts – “Regulamentação dos mesteres em Portugal nos finais da Idade Média: séculos XIV e XV”, Ref.º PTDC/HAR-HIS/31427/2017.

² Departamento de História/ Lab2PT/Universidade do Minho.

Spaces and supply architectures of the medieval city

Abstract

The objective of this work, centered on the study of the supply of medieval cities, is to analyze the necessary spaces and architectures to supply different goods and products. In addition to the different production activities taking place in the city, urban agglomerations are also centers of consumption and distribution that need support infrastructures, such as those related to the provision of essential goods such as water – wells, cisterns, aqueducts, water sources and fountains – as well as those that allow their distribution / marketing – butchers, farms, cellars, ovens – some of which accumulate the dual function of production and commercialization, such as workshops for the most varied masters (shoemakers, blacksmiths, goldsmiths, potters). The toponymy allows us to verify that, frequently, a certain concentration of these activities is evidenced in the form of street layout, also making it possible to analyze the places in the urban space they occupied. In some cases, seem to exist spatial and architectural similarities between different Portuguese medieval cities.

Thus, through a methodology that crosses different sources (written, material and iconographic) it is intended to analyze and compare the different spaces and supply architectures of some medieval Portuguese cities, in functional and typological terms, but also in terms of location in the urban space.

Keywords

Medieval city; Supply; Spaces and architectures.

Introdução.

A paisagem urbana medieval era composta por variados espaços e arquiteturas relacionados com o abastecimento. Dependendo da dimensão dos centros urbanos, mas também das suas principais atividades económicas, o número e a variedade de locais e construções que permitem assegurar o seu provimento, intra e extramuros, podiam ser muito significativos.

Apesar do conhecimento generalizado acerca da sua existência, o local que

ocupavam no espaço urbano, a sua tipologia arquitetónica, assim como quantidade, não são necessariamente os mesmos, registando igualmente alterações ao longo da Idade Média, circunstâncias que nos permitem avaliar também determinados padrões de transformação e evolução dos espaços urbanos medievais. Nesta diversidade, importa igualmente considerar a génese do aglomerado, nomeadamente se se trata de uma criação nova ou se evolui a partir de um núcleo pré-existente, nomeadamente romano ou islâmico. Também os recursos naturais disponíveis e as características topográficas do local contribuem para esta heterogeneidade. Não menos importante é a própria trajetória histórica do aglomerado e a sua maior ou menor permeabilidade às oscilações conjunturais que ocorreram ao longo da Idade Média.

De modo geral, todas as cidades medievais se constituíram, simultaneamente, como centros de produção, consumo e distribuição de bens possuindo um conjunto variado de lugares e estruturas comuns que permitiam assegurar e dar resposta à tríade básica da economia³. Nesse sentido, a análise dos espaços e das arquiteturas permite analisar simultaneamente os diferentes bens ou produtos necessários ao seu abastecimento, mas também o seu impacto na evolução morfológica e topográfica da paisagem urbana medieval.

Importa, deste modo, dar resposta à questão, do que precisavam as cidades medievais e os homens que nela habitavam. Analisaremos aqueles que são mais prementes e que na generalidade são comuns a todos os aglomerados urbanos: água, cereais, carne e peixe, produtos hortícolas e produtos manufaturas (calçado, roupa, utensílios domésticos), cuja produção e distribuição se realizava mediante formas mais ou menos consensuais. Apesar de na sua esmagadora maioria estes espaços e infraestruturas não terem sobrevivido até aos nossos dias, as fontes documentais, iconográficas e materiais permitem traçar um quadro geral acerca da sua inserção no espaço urbano. Começamos, por analisar um dos bens essenciais à vida humana, e, por conseguinte, à vida urbana, a água.

1. Abastecimento de água.

A importância da água como bem essencial à vida fez da sua presença nos núcleos urbanos, nomeadamente naqueles onde se registam níveis demográficos significativos, uma presença contante e diária, circunstâncias que originam usos bastantes diversificados, mas sobretudo formas de abastecimento e gestão bastante dispares, algumas das quais contribuem fortemente para a configuração da paisagem urbana medieval⁴. Referimo-nos concretamente aos poços, tanques, fontes e chafarizes, que

³ HEERS, Jacques – *La Ville au Moyen Âge en Occident*. Paris: A. Fayard, 1990.

⁴ LEGUAY, Jean-Pierre – *L'eau dans la ville au Moyen Âge*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, « Histoire », 2002.

integram os espaços urbanos medievais e que permitiam o seu abastecimento.

O fornecimento de água à cidade medieval podia ser realizado de várias formas, desde logo, a partir daquela que era possível captar dentro do próprio núcleo, através nomeadamente de poços. A importância destas estruturas, ainda que arquitetonicamente pouco elaboradas, pode ser mensurável pela quantidade de referências conservadas na documentação medieval⁵. Na generalidade, tratavam-se de poços particulares, distribuídos por todo o espaço urbano, localizados em espaços domésticos, nomeadamente nos quintais das casas. Contudo, alguns seriam de uso coletivo, como acontecia em Évora, onde se conhecem pelo menos quatro poços do concelho⁶, ou em Braga, como o existente nas “casas do poço” e que a partir do século XV dará inclusivamente o nome à rua⁷. A importância destas estruturas de abastecimento de água estará certamente relacionada com a toponímia viária dos núcleos medievais onde se regista a existência de uma *rua do poço* como acontecia em Viana do Castelo⁸.

Casos houve em que a importância destes poços foi condicionadora do local de estabelecimento da própria cidade, como foi o caso do núcleo urbano da Bemposta, tendo, em 1315, D. Dinis ordenado que “hum poço que hy esta” fosse incluído no perímetro amuralhado⁹.

Mas a água utilizada nos núcleos urbanos podia ser pluvial, armazenada por via de tanques e cisternas. No caso das cisternas, refira-se a existente no castelo de Chaves, que ocupava todo o primeiro piso, recebendo as águas pluviais conduzidas desde o telhado por conduta de pedra, adossada à parede. Também em Bragança existia uma cisterna idêntica no castelo, e uma outra, sobre a estrutura lajeada da qual o município construiu a casa da câmara nos inícios do século XVI¹⁰.

A água podia igualmente ser captada no exterior, em poços, ou ser conduzida por meio de canos de água até à cidade. No caso dos aquedutos, a toponímia permitiu imortalizar alguns dos seus trajetos dentro das muralhas através nomeadamente

⁵ A título exemplificativo veja-se MARQUES, A. H. Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*. Vol. I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1990.

⁶ BEIRANTE, Ângela – *O ar da cidade: ensaios de história medieval e moderna*. Lisboa: Edições colibri, 2008, p. 185.

⁷ RIBEIRO, Maria do Carmo – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. Braga: Universidade do Minho, 2 volumes, 2008, Tese de Doutoramento, pp. 445-449.

⁸ TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida – *O Urbanismo Português séculos XII-XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, pp. 25-46.

⁹ TRINDADE, Luísa – *Urbanismo e composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013, p. 127.

¹⁰ AMARAL, Paulo e NOÉ, Paula – *Câmara Municipal de Bragança / Domus Municipalis*. In SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, 1996/2012 [consultado em janeiro de 2019]: disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP.PagesUser/SIPA.aspx?id=2418>.

da rua dos *Canos*, como se verifica por exemplo em Guimarães¹¹.

Não faltam exemplo na toponímia medieval de ruas/praças/chafarizes do *Cano*, por, ou para onde, a água corria encanada, proveniente de nascentes localizadas, por vezes, a longas distâncias. A este propósito refira-se o caso de Braga, onde no século XV, a água era captada em nascentes localizadas a mais de 5 Km e conduzida para a cidade por meio de canos de pedra encobertos, alguns dos quais reutilizados desde os tempos romanos¹².

Algumas destas águas corriam em valas a céu aberto pelas ruas, como parece ter sido o caso da Rua das Águas, em Coimbra¹³, Leiria¹⁴ ou em Braga¹⁵, assistindo-se ao longo do século XVI a um maior cuidado e visibilidade das estruturas de abastecimento de água, dando origem ao surgimento de arquiteturas mais marcantes, nomeadamente no caso dos aquedutos aéreos, mas também de fontes e chafarizes. No caso dos aquedutos destacam-se a construção dos grandes aquedutos ainda hoje visíveis em grande parte do seu trajeto, como o de Torres Vedras, ou da Água da Prata de Évora (1530), erigido sobre a estrutura do velho aqueduto romano pelo arquiteto Francisco de Arruda, assim como uma caixa de água construída na Rua Nova, por Miguel de Arruda¹⁶, para receção e posterior distribuição por diferentes pontos da cidade, nomeadamente fontes e chafarizes públicos.

No caso das fontes de água, a sua tipologia era geralmente simples, referida na documentação por vezes como *cobertas* ou *arcadas*, chamadas de mergulho ou de chafurdo, por serem compostas por um tanque, coberto por uma estrutura de pedra que podia ser abobadada, para proteger a água. O acesso ao tanque onde se mergulha o balde era feito descendo vários degraus, como seria o caso da Fonte de S. Geraldo, em Braga, situada por baixo do pátio da Igreja da Misericórdia. Neste caso, tratava-se de uma fonte subterrânea “metida num arco de cantaria muito bem feito ... e as suas águas eram excelentes, tidas por milagrosas”¹⁷.

Outra tipologia de estrutura simples era a fonte de espaldar, que, de acordo com

¹¹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: ‘duas vilas, um só povo’: estudo de história urbana: 1250-1389*. Braga: CITCEM/ICS Universidade do Minho, 2010, pp. 367-370.

¹² RIBEIRO, Maria do Carmo; MARTINS, Manuela – “Contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga na Idade Moderna. O Livro da Cidade de Braga (1737)”. In MARTINS, Manuela; FREITAS, Isabel; VALDIVIESO, Isabel (coords.) – *Caminhos da Água*. Braga: CITCEM, 2012, pp. 179-222.

¹³ CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “Marcos de referência e topónimos da cidade medieval portuguesa: o exemplo de Coimbra nos séculos XIV e XV”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 13 (2013), pp. 157-176.

¹⁴ GOMES, Saul – “A Organização do Espaço Urbano numa Cidade Estremenha: Leiria Medieval”. In *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares, Actas*. Vol. II, Lisboa: Universidade Aberta, 1993, pp. 81-112.

¹⁵ RIBEIRO, Maria do Carmo – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna...*, pp. 540-42.

¹⁶ BRANCO, Manuel Branco; NUNES, Castro; BANDEIRA, Filomena – “Aqueduto da Prata / Cano da Água da Prata”. In SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. 1993/1994/1996 [consultado em janeiro de 2019]: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2755.

¹⁷ RIBEIRO, Maria do Carmo; MARTINS, Manuela – “Contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga ...”, pp. 179-222.

Mário Barroca¹⁸ seria a mais difundida em finais da Idade Média. Apesar de se poderem tratar de simples tanques adossados a um muro, de onde pendia a bica da água, era frequente incluírem pedras de armas e epígrafes, como por exemplo se verifica em Alandroal ou Évora, de acordo com a representação de Duarte de Armas, mas também no Chafariz d'El Rei, em Lisboa, ou ainda como aquelas que são construídas em Braga nos inícios do século XVI.

Na verdade, com o advento do Renascimento ao urbanismo, muitas praças foram ornamentadas com fontes e chafarizes, alguns dos quais monumentais. Em Braga, nos inícios de quinhentos, o arcebispo D. Diogo de Sousa mandou abrir várias novas praças onde são erigidas fontes com as suas armas, nomeadamente a fonte de Sousa, com seu “chafariz, calçada e terreiro, peitoril e ameias”¹⁹. Paralelamente às preocupações e regulamentações sobre o abastecimento de água às populações, o reinado de D. Manuel I regista várias reformulações nos sistemas hidráulicos, nomeadamente em fontes e chafarizes, mas também de construção de novos, como o Chafariz d'El Rei, em Évora²⁰.

Apesar da variabilidade do número de fontes de água nos núcleos urbanos, regra geral tratam-se de estruturas simples e localizadas em pontos de fácil acesso, junto às portas das muralhas, vias ou largos, assistindo-se a um tendencial aumento e monumentalização na Baixa Idade Média.

Igualmente, para além da sua principal função, importa destacar o papel exercido pelas fontes e chafarizes como local de reunião e sociabilização da população urbana, particularmente feminina, e na conformação do cenário urbano medieval²¹

Infelizmente, muitas delas não chegaram aos nossos dias, no entanto, por exemplo, o Chafariz dos Canos, em Torres Vedras, de grande aparato e estrutura pentagonal, cuja construção remonta à década de 1320²², encontra-se preservado, muito embora provavelmente alterado, assim como a fonte de S. Tiago, mandada construir por D. Diogo de Sousa, em 1531²³ (Figs. 1 e 2).

¹⁸ BARROCA, Mário Jorge – “A construção de fontes na epigrafia medieval Portuguesa, séc. XIV e XV”. In BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís (dirs.) – *Olhares sobre a História: Estudos ferecidos a Iria Gonçalves*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, pp.89-96.

¹⁹ RIBEIRO, Maria do Carmo; MARTINS, Manuela – “Contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga...”, pp. 179-222.

²⁰ AMENDOEIRA, Paula – “Chafariz Del-Rei”. In SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico.1999. [consultado em dezembro de 2019]: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8854

²¹ TRINDADE, Luísa – “A água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma”. In LOZANO BARTOLOZZI, M^a del Mar; MÉNDEZ HERNÁN, Vicente, (coords.) – *Patrimonio cultural vinculado con el agua. Paisaje, urbanismo, arte, ingeniería y turismo*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 2014, p. 367-380.

²² NOÉ, Paula; ROSA, Ana Rosa – “Chafariz dos Canos”. In SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. 1991/2002 [consultado em dezembro de 2019]: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6347

²³ RIBEIRO, Maria do Carmo; MARTINS, Manuela – “Contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga ...”, pp. 179-222.



Fig. 1 – Fontes e chafarizes de Braga: Fonte de S. Tiago – D. Diogo de Sousa, séc. XVI.



Fig. 2 – Fontes e chafarizes de Braga: tanque da Fonte de Sousa – D. Diogo de Sousa, séc. XVI.



Fig. 3 – Fontes e chafarizes de Braga: chafariz dos Castelos, postal ilustrado do séc. XIX.

Para além do uso doméstico, lavar roupa, dar de beber aos animais, a água era igualmente fundamental para algumas atividades económicas necessárias ao abastecimento da cidade, nomeadamente de transformação e produção, como as que se relacionam com o abastecimento de carne e peixe, realizado nos açougues, as peles, nos pelames ou couros, assim como para os mesteres relacionados com a atividade marítima e fluvial.

Na realidade, a água regista a sua maior presença nos núcleos urbanos medievais através dos cursos de água. Regra geral, aos rios vamos ver associadas uma série de atividades relacionadas com a prática da pesca e da navegação, assim como a sua exploração como força hidráulica para, por exemplo, mover moinhos.

Todavia, um dos aspetos mais assinaláveis da presença quase constante dos cursos de água nos núcleos medievais relaciona-se com o desenvolvimento urbano por eles potenciado, assim como com o estabelecimento de dinâmicas sócio ambientais resultantes da sua exploração e usufruto.

A este respeito, as cidades de Lisboa e do Porto são bastante representativas. Paralelamente aos rios, Tejo e Douro, respetivamente, estes núcleos urbanos beneficiavam da proximidade com o mar.

Tanto em Lisboa como no Porto, a zona ribeirinha junto aos respetivos rios terá assumido desde a ocupação humana destes locais um papel preponderante para o seu desenvolvimento, potenciando a afirmação e consolidação de ambas as cidades

no período medieval.

Apesar da existência de um núcleo alto amuralhado, localizado no cimo de morros, no caso de Lisboa, correspondente ao atual morro de S. Jorge, e no do Porto, ao morro da Pena Ventosa, as características naturais destas zonas ribeirinhas terão constituído um forte atrativo para a realização de atividades comerciais, produtivas e portuárias relacionadas com a prática da navegação fluvial e marítima, e conseqüentemente à construção de infraestruturas de suporte, passando paulatinamente a constituir-se como importantes zonas de crescimento extramuros, ou *cidade baixa*, cuja importância terá continuidade até aos dias de hoje.

No caso de Lisboa, o fervilhar da zona ribeirinha, localizada a poente do núcleo amuralhado alto medieval, encontra-se atestado desde o século XIII, nela se encontrando vários equipamentos navais, como as Terceiras (estaleiros navais), a Casas das Galés, algumas indústrias como as Ferrarias Régias, o paço dos tabeliões, a alfândega ou a casa dos pesos, assim como outros equipamentos relevantes para a urbe, relacionados com várias atividades comerciais, tais como o mercado do peixe e da carne, realizado nos açougues²⁴.

À semelhança de Lisboa, também no Porto, o rio Douro e as proximidades com o oceano atlântico irão potenciar o desenvolvimento urbano da zona Ribeirinha, onde, pelo menos a partir de finais do século XIII, se regista a concentração de atividades mercantis, produtivas e portuárias, que terão repercussões na urbanização da parte baixa da cidade, que será incluída no perímetro amuralhado do século XIV que bordejia o rio²⁵.

Falamos, todavia, de cidades cujas necessidades de abastecimento e conseqüentemente a importância enquanto centro de consumo, produção e distribuição se confundem com as do próprio reino.

Na maioria das demais cidades o abastecimento era realizado numa escala muito inferior e os cursos de água potenciavam a realização de atividades económicas mais circunscritas. Referimo-nos, por exemplo, aos trabalhos de produção de peles, mas também em muitos casos ao abate e venda de animais.

2. Abastecimento de carne, peixe, cereais e produtos hortícolas.

O abastecimento de carne, peixe, cereais e produtos hortícolas às cidades medievais

²⁴ CAETANO, Carlos – *A Ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa: séculos XV a XVIII*. Lisboa: Pandora, 2004; SILVA, Carlos G. – *Lisboa Medieval. A organização e a estruturação do espaço urbano*. 2ª edição, Lisboa: Colibri, 2010; SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval. Das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017. Tese de doutoramento, pp. 291-391.

²⁵ RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “O papel dos sistemas defensivos na formação dos tecidos urbanos (Séculos XIII-XVII)”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (coords.) – *Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos*. Braga: CITCEM/IEM, 2013, pp. 183-222.

era, regra geral, realizado em locais próprios. Entre estes, os açougues constituem um lugar de referência.

Tratavam-se de edifícios que serviam para a matança de animais, preparação e venda das carnes, atividades que produziam muita sujidade e requeriam água. Em muitos casos, os açougues, tendo em conta a sua própria origem e funcionalidade no mundo islâmico, de mercado, serviam também para venda de vários outros produtos alimentares, para além de carnes e peixes.

Por exemplo, nos açougues novos de Évora de 1470 vendiam-se a retalho, pão (padeiras), fruta (fruteiras), fruta seca, figos verdes e secos, limões, hortaliças (verceiras), peixe fresco e seco (pescadeiras de pescado), tripas e debulhos de bois e vacas e outras carnes cozidas, cabritos, entre outros²⁶.

Assim, os açougues constituíam um mercado de abastecimento diário, coberto e amplo, onde existia espaço para bancas, permanentes ou amovíveis, onde desde padeiras a pescadores podiam expor e vender os seus produtos, no seu interior ou nas imediações. A prática de vender nas proximidades dos açougues, terá levado D. Afonso IV, nas cortes de 1331, a proibir a colocação de tendas e bancas à porta dos açougues, justificando a medida porque embargavam as ruas²⁷.

Todavia, o aumento do consumo, nomeadamente de carne que se regista na Baixa Idade Média, em variedade e quantidade, irá potenciar o crescimento do número de profissionais que se dedicam a este ofício, particularmente carneiros, bem como de edifícios para a sua comercialização. Não menos importante foi o estabelecimento de sistemas de distribuição pública altamente regulamentados para a carne, mas também para o peixe²⁸. Por exemplo, no Porto os carneiros eram obrigados a exercer o seu mester nos açougues, por imposição legal, e regra geral moravam nas suas proximidades²⁹. Também em Évora, no século XV, a câmara determina que todo o peixe que vier para a cidade tem de ser vendido na casa construída para o efeito³⁰.

Todas estas circunstâncias acabaram por interferir na localização e número de açougues nos espaços urbanos, assim como no seu carácter especializado e dimensão.

A importância dos açougues, e consequentemente do abastecimento à cidade

²⁶ PEREIRA, Gabriel – “Posturas antigas da Câmara de Évora”. In *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998 (Reimpressão da edição de 1885), p. 129.

²⁷ BARROS, Henrique da Gama – *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Vol. II, Lisboa: Sá da Costa, 1954, pp. 162.

²⁸ PETROWISTE, Judicaël – “En passant par le mazel. Acheter sa viande au quotidien en France méridionale à la fin du Moyen Âge”. In PETROWISTE, Judicaël; LAFUENTE GÓMEZ, Mario (dir.) – *Faire son Marché au Moyen Âge. Méditerranée occidentale, XIII-XIVe siècle*. Madrid: Casa de Velázquez, 2018, pp. 181-207.

²⁹ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*, vol. I, Braga: Universidade do Minho, 2009. Tese de Doutoramento, pp. 239-242 [consultado em janeiro de 2020], disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9896>

³⁰ “Posturas antigas da Câmara de Évora – as “Pescadeiras”. In PEREIRA, Gabriel – *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, p. 129.

medieval de produtos como a carne, o peixe ou produtos hortícolas encontra reflexo, entre outros, na toponímia das zonas urbanas, fossem ruas, pequenas praças ou espaços junto às portas, assim como pelo lugar que ocupam, quase sempre de grande centralidade, junto dos principais edifícios urbanos, mormente o tipo de atividade que neles se realizava, pois, mais importante seria o controle do que lá se transacionava.

Em larga medida, nas cidades portuguesas de média e grande dimensão existiu um primeiro açougue, localizado dentro das muralhas, nas proximidades de edifícios do poder urbano, apesar da sua atividade poluente, que depois foi remodelado ou substituído por outro, situado noutra local mais amplo do espaço urbano. Por exemplo, em Évora o açougue mais antigo localizava-se junto da igreja de S. Pedro, nas proximidades da Sé, junto a uma fonte de água, sendo no século XIV transferido para o templo romano, por razões de espaço³¹. Situação semelhante ocorre em Santarém³², Ponte de Lima³³ ou em Braga, cidade onde o açougue *velho* localizado junto à Sé e aos Paços do Concelho, será transferido no século XVI para fora de muros, onde aliás permanecerá até ao século XVIII³⁴ (**Fig. 4**).

A justificar a enorme centralidade urbana dos primeiros açougues, encontramos nomeadamente o controlo e fiscalidade subjacente à atividade, mas também o relativo espaço necessário e ocupado inicialmente por estes edifícios, tendo em conta o consumo de carne e peixe, produtos que não seriam acessíveis a toda a população, de alguma raridade e consumo elitista.

O abastecimento de vários produtos alimentares à cidade, carnes, peixes, vegetais ou pão era, deste modo, realizado de forma diária nos açougues, ou nas suas proximidades, onde aliás com frequência se localizava o mercado especializado de cereais e legumes secos, ou *fangas*, como em Santarém e Évora³⁵, Viana do Castelo ou em Ponte de Lima, a partir dos inícios do século XV³⁶. No caso de Pinhel, os açougues e as *fangas* funcionavam inclusivamente no mesmo edifício, descritos em 1395 como uma construção de 25 metros de comprimento³⁷.

Em algumas cidades, o aumento do consumo e comercialização de carne, peixe e cereais fica atestado pela renovação e aumento do número deste tipo de edifícios, como em Lisboa, cidade onde se registam vários açougues e *fangas*, como as novas

³¹ BEIRANTE, Ângela – *O ar da cidade: ensaios de história medieval e moderna...*, p. 185.

³² BEIRANTE, Ângela – *O ar da cidade: ensaios de história medieval e moderna...*, p. 185.

³³ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 15-19.

³⁴ RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das actividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (coords.) – *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: CITCEM, 2012, pp. 145-171.

³⁵ BEIRANTE, Ângela – *O ar da cidade: ensaios de história medieval e moderna...*, pp. 185.

³⁶ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima...*, pp. 15-19.

³⁷ TRINDADE, Luísa – *Urbanismo e composição de Portugal...*, pp. 696.

e grandes *Fangas da Farinha*, localizadas junto às *Carniceiras*, mandados fazer por Afonso III, na Ribeira, muito provavelmente no âmbito de uma remodelação urbanística da zona, nas décadas de 50 e 60 do século XIII³⁸. Neste caso, tratar-se-iam de estruturas propriedade da Coroa, que ocupavam dimensões significativas e semelhantes, aproximadamente 7,7 metros por 17,6 metros cada uma³⁹.

De facto, o abastecimento de alguns cereais específicos, como o trigo, realizado em *celeiros e paços* específicos denota igualmente a grande importância que os cereais assumem no quadro económico de algumas cidades ao longo da Idade Média, como Lisboa, Porto ou Évora, requerendo a construção de estruturas de armazenamento de grandes dimensões, permitindo atestar a sua existência, assim como o seu elevado consumo⁴⁰.

De modo geral, nos inícios de quinhentos, regista-se uma maior espacialização dos açougues nas cidades, bem como um maior investimento na sua construção. Por exemplo, na cidade de Coimbra, a edificação do novo açougue foi obra do arquiteto Diogo de Boitaca, a mando de D. Manuel, e o de Elvas, de Francisco de Arruda⁴¹.

A arquitetura da generalidade dos primeiros edifícios dos açougues seria simples, correspondendo a edifícios térreos com *arcos*⁴² ou alpendres para a rua como os *açougues da carne* de Braga sustentados por colunas de pedra, onde existiam ainda *duas casas pequenas para os que tinham o encargo de os limpar e aos seus alpendres*⁴³. Internamente poderia estar dividido em naves, como o antigo açougue de Elvas, em 1498, “de três naves muito grandes todos de cantaria”⁴⁴. Podia tratar-se de um edifício único ou estar inserido noutra, nomeadamente no paço do concelho, ocupando o rés-do-chão, como se verificava em Coimbra⁴⁵.

Em algumas cidades, a espacialização dos açougues para acolherem apenas a venda de carne e ou de peixe parece acolher algum significado em finais da Idade

³⁸ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval...*, pp. 296-340.

³⁹ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval...*, p. 339.

⁴⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira - *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*. 3ª edição. Lisboa: Edições Cosmos, 1978, pp. 255-57; GONÇALVES, Iria – “Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa-séculos XIV-XV)”. In *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 29-48.

⁴¹ TRINDADE, Luísa – *Urbanismo e composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 2013, p. 127.

⁴² O açougue de Coimbra, localizado no rés-do-chão do Paço dos Tabeliães, possuía arcos de pedraria na fachada onde se encontravam a vender as peixeiras, as enxarqueiras e as tripeiras (TRINDADE, Luísa – “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra, 1532”. *Media Aetas, Paisagens Medievais I* (2004), pp. 121-157.)

⁴³ “Memorial das Obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer (1532-1565)”, realizado pelo cónego Tristão Luís, pertencente ao Arquivo Distrital de Braga, Registo Geral, livro 330, fls. 329-334v, publicado por MAURÍCIO, Rui – *O mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga (1505 1532)*, Vol. II. Lisboa: Magno Edições, 2000.

⁴⁴ Cortes de Lisboa de 1498, Capítulo 26.º dos Capítulos especiais de Elvas (29-1-1498). João José Alves Dias (Org.) – *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002, pp. 391-392.

⁴⁵ TRINDADE, Luísa – “A Praça e a Rua da Calçada...”, pp. 121-157.

Média, muito embora em Lisboa, os Açougues da Carne e os Açougues do Peixe já existam desde meados do século XIII, cidade onde o número de mercados e postos de venda é bastante elevado. Em Braga, nos inícios do século XVI, ao açougue da carne vem juntar-se um açougue para pescado, mandado construir pelo arcebispo D. Diogo de Sousa e acerca do qual temos uma discrição muito precisa:

“Mandou fazer na praça que está à porta de Sousa uns açougues para pescado de (ao) longo da rua, muito compridos e anchos (largos) e anda-se todos de arredor, são madeirados sobre 12 colunas com suas vazas e capiteis, tem dentro 4 mesas grandes de pedra postas cada uma sobre dois pilares, toda esta obra de pedraria muito bem lavrada e sobre cada mesa um tirante com dois ferros para terem a balança de pesar do pescado, todo este alpendre muito bem calçado e com degraus de pedraria”⁴⁶.

Estes açougues sobrevivem até ao século XVIII, momento em que são representados no *Mappa da Cidade de Braga Primas* (1756-57) (**Fig. 4**) e descritos no *Livro da Cidade* (1737)⁴⁷ como uma estrutura retangular com aproximadamente 11 metros de comprimento por 6,5 metros de largura, sustentados, tal como no século XVI, por colunas (quatro cunhais de pedra nos quatro cantos e seis colunas também de pedra, é uma do nascente, outra do poente, duas do norte e duas do sul. Apesar das naturais remodelações que sofreram, destinando-se no século XVIII à venda de pão branco e broa, frutos verdes e secos, conservam ainda muito da sua estrutura original.

Também os novos açougues da carne de Braga, construídos no século XVI, construídos fora de muros e que substituem os *velhos* açougues sobrevivem até ao século XVIII. De acordo com as mesmas fontes iconográficas (**Fig. 4**) e escritas⁴⁸ atrás referidas, trata-se de um edificio isolado, retangular, com aproximadamente 34 metros de comprimento por 11 metros de largura, coberto por um telhado de 4 águas. A fachada nascente era formada por grades de madeira, assentes numa parede com cerca de 1,30 metros de altura. A meio, encontrava-se uma porta de serventia, com friso em cima e as armas da cidade. Na fachada sul, também formada por grades de madeira, encontra-se a casa do peso, com acesso direto a partir da rua. Dos restantes lados, nascente, poente e norte o acesso aos açougues fazia-se por escadas que acompanhavam o declive do terreno. As restantes fachadas eram todas abertas em forma de alpendre. Internamente, encontravam-se os vários talhos. Apesar de se tratar de uma discrição do século XVIII, podemos assumir com alguma probabilidade que estruturalmente seria muito semelhante aos açougues construídos

⁴⁶ “Memorial das Obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer (1532-1565)...”, fls. 329.

⁴⁷ Arquivo Municipal de Braga – *Livro da Cidade*, Vol. I: fls. 89V-90.

⁴⁸ Arquivo Municipal de Braga – *Livro da Cidade*, Vol. I: fls. 89V-90.

no século XVI, tendo em conta o local e as características topográficas do terreno onde se mantêm, mas também o uso de alpendres para acolher este tipo de atividade e toda a amplitude e organização do espaço interno.



Fig. 4 – Açougues de Braga, construídos no século XVI (Mappa da Cidade de Braga Primas).

Uma das formas igualmente comum de abastecer a cidade era através de mercados e feiras que decorriam de forma periódica nos mais diversos locais do espaço periurbano e urbano, permitindo prover a cidade com os produtos das regiões limítrofes, que não podiam ser produzidos nas cidades e, simultaneamente, escoar a produção artesanal. A quantidade de feiras e mercados realizadas nas cidades medievais era pois muito variável, com Lisboa e Porto à cabeça. O local onde eram realizados dependia do espaço necessário à sua realização, bem como das facilidades de acesso ou proximidade às vias de comunicação terrestres ou fluvial⁴⁹. Assim, este tipo de trocas, podiam ser realizadas em qualquer lugar vago – chão, campo, rossio ou terreio – onde era possível erguer tendas móveis, expor as mercadorias em bancas e cestos ou simplesmente no chão, preferencialmente junto aos largos existentes junto às portas das muralhas ou aos edifícios de maior centralidade, à semelhança do que se verificava no Porto, cidade onde a feira semanal se realizava no Rossio junto à Sé⁵⁰.

⁴⁹ RAU, Virgínia – *Feiras Medievais portuguesas. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Presença, 1982, pp. 35-45.

⁵⁰ Atualmente na fachada principal da Sé, ainda se conservam as medidas padrão do Porto (vara e a meia vara), essenciais ao comércio (MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média...*, vol. I, pp. 218-220.)

Paralelamente, o abastecimento à cidade de uma gama variada de produtos alimentares, como a manteiga de azeite, o mel, ovos, alhos ou cebolas podia ser realizado de forma dispersa pela cidade, à porta de casas, pelas regateiras ou por aqueles que os produziam, como se verificava em Coimbra⁵¹.

Parece consensual que a realização das feiras nas cidades vá sendo paulatinamente substituída por mercados e que os locais onde estes se realizavam passem a ser designados de Praça, termo que passa igualmente a ser utilizado para designar um espaço urbano mais ordenado, delimitado pela construção de novos edifícios, mas também adornado com fontes e chafarizes. Paralelamente aos múltiplos exemplos, refira-se o caso de Braga, onde nos inícios do século XVI D. Diogo de Sousa mandou fazer inúmeras praças, nomeadamente a praça do Pão, onde mandou construir uma nova câmara da cidade de cantaria e em baixo um alpendre com dois grandes assentos de pedraria para vender o pão⁵².

Com o tempo assiste-se à construção de algumas estruturas de apoio à realização da venda de produtos nas cidades, nomeadamente de estrebarias e alpendres. Para Braga, D. Diogo de Sousa, nos inícios do século XVI, mandou construir à porta do Souto uma casa, estrebarias e alpendres com suas colunas para pousarem de graça os almocreves que trazem mantimentos para a cidade, assim como à porta de Sousa uma estrebaria com suas manjedouras calçada e leitos para os almocreves se instalarem de graça⁵³.

3. Abastecimento de produtos manufacturados (calçado, roupa, utensílios domésticos).

O abastecimento de produtos manufacturados foi muito variável de cidade para cidade, dependendo em larga medida do desenvolvimento dos ofícios /mesteres. Num grande número de cidades foi possível a sua concentração em espaços específicos, nomeadamente em ruas, onde se situavam edifícios destinados à produção e, simultaneamente, ao comércio dos mais diversos produtos, recebendo muitas vezes os topónimos de rua das Tendas ou Tendeiras, rua dos Mercadores, rua da Sapataria, da Ferraria e de toda uma gama diversificada de mesteres. No entanto, o abastecimento diário destes bens fazia-se igualmente através de formas dispersas por todo o núcleo, nomeadamente em tendas e oficinas, numa prática bastante comum de destinar o rés-do-chão das habitações à produção e venda de produtos.

Em Guimarães, por exemplo, cidade onde os mestres do calçar e do vestir parecem prevalecer, as *Ferrarias* ou rua *Ferreira*, seriam uma zona privilegiada de

⁵¹ RAU, Virgínia – *Feiras Medievais portuguesas...*, pp. 175-185.

⁵² “Memorial das Obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer (1532-1565)...”, fls. 329v.

⁵³ “Memorial das Obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer (1532-1565)...”, fls. 329.

concentração de alfaiates⁵⁴. Também em Braga, no século XIV, o setor do vestuário apresenta o maior volume de profissionais, sendo os alfaiates que dominam. No século XV, o setor dos couros parece ganhar preponderância pelo aumento do número de sapateiros, ganham igualmente maior expressão os ferreiros. A sua concentração far-se-ia preferencialmente na rua da Sapataria, muito embora nela também encontremos tecelões, mercadores, advogados, entre outros habitantes que desconhecemos a profissão⁵⁵.

No Porto, nos séculos XIV e XV os dois mais numerosos mesteres da cidade seriam os sapateiros e os ferreiros, concentrados preferencialmente na zona ribeirinha, já referida, onde se concertariam igualmente ourives, moedeiros, tanoeiros, entre muitos outros⁵⁶.

Todavia, à medida que avançamos na Idade Média, o aumento da especialização do sistema produtivo, associado a um aumento da qualidade dos produtos, faz com que se registe um maior e mais diversificado número de profissionais nas cidades. Mesmo assim, a prática do comércio de rua, associada à produção, parece constituir-se num elemento altamente característico da paisagem urbana medieval, que terá continuidade nos séculos seguintes. Refira-se, a título de exemplo um conjunto de habitações na medieval rua da Sapataria de Braga, onde curiosamente até há bem pouco tempo se vendia artesanato na loja do rés-do-chão, numa prática continuada pelo menos desde o século XVI⁵⁷ (**Fig. 5**).

No Porto, por exemplo, cidade onde se registam-se vários mesteres tal como em Lisboa, os sectores dos couros e dos metais encontravam-se muito especializados, com profissionais como banheiros, correeiros, seleiros, cutileiros, esteireiros, entre outros.

No caso do Porto, paralelamente à importância do Douro e da zona ribeirinha para o desenvolvimento urbano da cidade, continuada e aumentada ao longo do século XV para poente em direção ao arrabalde de Miragaia, onde se concentram agora as atividades de construção naval, destaca-se igualmente um outro curso de água, conhecido como rio de Vila, que corria a ocidente do núcleo amuralhado alto medieval e onde se desenvolverá uma importante zona de curtição de peles, pelo menos desde os inícios do século XIV, que a partir de meados do século XV passam a ser cavados na rocha, originando mesmo os topónimos de Rua dos Pelames e Morro dos Pelames⁵⁸.

⁵⁴ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: ‘duas vilas, um só povo’...*, pp. 532-536.

⁵⁵ RIBEIRO, Maria do Carmo – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna...*, pp. 467-472; RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das actividades económicas...”, pp. 183-222.

⁵⁶ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média...*, vol. I, pp. 242-244.

⁵⁷ RIBEIRO, Maria do Carmo – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna...*, pp. 467-472; RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das actividades económicas...”, pp. 183-222.

⁵⁸ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média...*, vol. I, pp. 242-244.

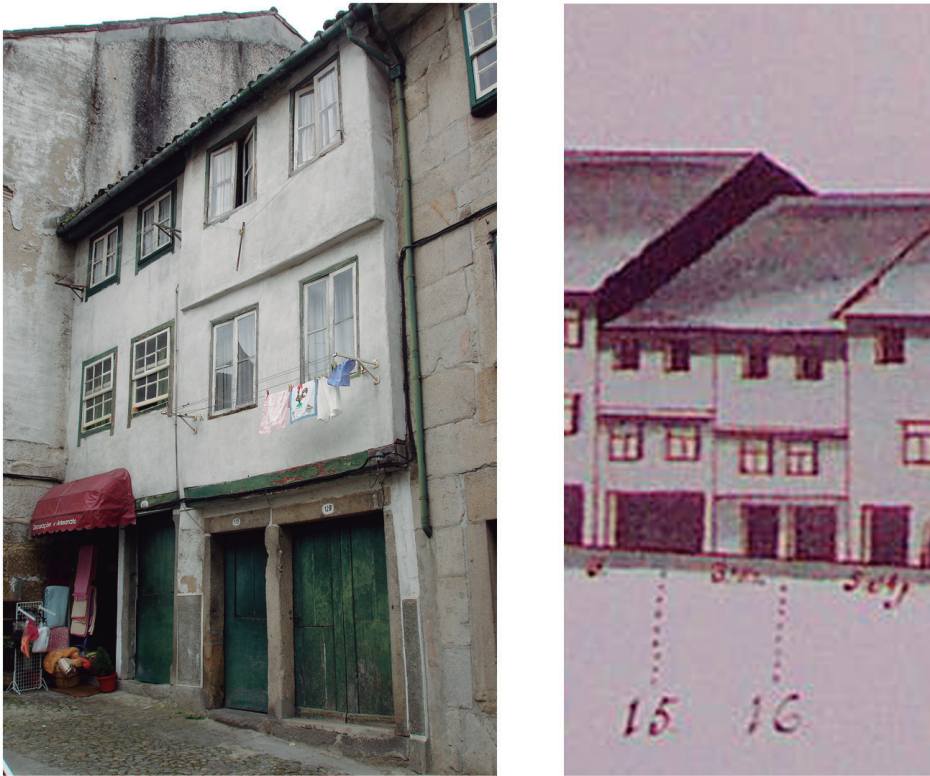


Fig. 5 – Casas de origem medieval na rua da Sapataria, em Braga. À esquerda: em 2008; à direita, em 1750, segundo o *Mappa das Ruas de Braga*.

Na realidade, esta atividade, localizada em locais próprios (pelames, couros ou tenarias) necessitava de água corrente proporcionada por rios e de preferência afastados dos núcleos urbanos, em virtude da poluição que geravam, como aconteceu nomeadamente em Guimarães, onde nas proximidades do rio de Couros, no sopé da Vila, se assiste à emergência de um arrabalde periurbano denominado de arrabalde de Couros, local estão documentados numerosos pelames de curtição durante a Idade Média, e cujos vestígios persistem até à atualidade, bem como de outro tipo de imóveis, propriedade de diversas instituições, nomeadamente confrarias de sapateiros⁵⁹.

No caso de Braga, também a produção de couros se estabelece, pelo menos desde o século XIV junto ao rio Este, localizada extramuros, no fim da Rua dos Pelames, junto à ponte com o mesmo nome, que atravessava o rio Este e permitia a ligação para o Porto. A antever pela existência de 37 pelames de sapateiros, mencionada no

⁵⁹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: ‘duas vilas, um só povo’...*, pp. 294-298.

4º Tombo do Cabido de meados do século XV, esta seria uma atividade económica de grande importância para a cidade⁶⁰.

Todavia, como referido, no Porto, os pelames irão desenvolver-se dentro de muros, numa área extramente central, contrariamente ao que se verifica em outros aglomerados, numa situação atípica, mas justificável pela sua importância para a economia do Porto, assim como a proximidade com os açougues, com os quais mantinham uma natural dependência⁶¹.

Desta forma, podemos afirmar que as necessidades de abastecimento dos núcleos urbanos medievais foram geradoras de diferentes espaços e arquiteturas, reflexo das diversas formas de interação entre as características do meio ambiente em que se desenvolvem e da natureza que os rodeia, mas também da economia, da sociedade e das gentes que os habitaram.

As distintas formas de aprovisionamento e gestão de bens essenciais como a água desempenharam, para além da sua função primária, um importante contributo para a sociabilidade dos habitantes nas cidades, mas também para configuração de novos cenários urbanos.

Conjuntamente com os edifícios de poder, os açougues, mormente o tipo de atividade que neles se desenvolvia, ocuparam um papel de grande centralidade, constituindo um marcador arquitetónico de referência económica e urbana em quase todas as cidades.

O desenvolvimento económico registado na Baixa Idade Média, decorrente do aumento da produção e da sua especialização foi acompanhado pelo surgimento de novos espaços e arquiteturas para dar resposta às crescentes necessidades de abastecimento, mas também a novas lógicas de pensar o espaço urbano.

⁶⁰ RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das actividades económicas ...”, pp. 183-222.

⁶¹ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média...*, vol. I, pp. 239-244.

Em Outubro de 2019 decorreram em Castelo de Vide a 3ª *Escola de Outono em Estudos Medievais* e as 4ªs *Jornadas Internacionais de Idade Média*, estas últimas em torno do tema *Abastecer a Cidade na Europa Medieval*. Um ano depois, graças ao apoio da Câmara Municipal de Castelo de Vide estamos a disponibilizar ao público uma recolha de textos selecionados de entre os apresentados nesses dois eventos, depois de terem sido alvo de uma dupla avaliação por pares. Apesar das dificuldades colocadas pelo actual contexto pandémico ao desenvolvimento de trabalhos de investigação, é possível publicar um conjunto de 30 textos elaborados por 33 investigadores provenientes de Portugal, Espanha, Itália, França e Estados Unidos da América. Esta obra, revelando e ampliando o que foram as lições da Escola e as conferências plenárias e comunicações das *Jornadas*, vem dar continuidade ao desiderato que desde sempre foi associado à organização destes dois eventos: ultrapassar o âmbito mais restrito dos que neles participaram através da divulgação, em formato papel e digital, de conhecimento novo e de qualidade sobre a cidade medieval.

Editores, Apresentação.

Apoio:

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

